

de Alcobaça e a vontade de o dotar de alfaia indispensáveis à realização da Divina Eucaristia. No entanto, não é possível determinar se os três cálices românicos de Alcobaça saíram da mesma oficina e as características formais apontam para cronologias ligeiramente distintas. As particularidades do cálice 90 Our estão mais de acordo com as de peças da mesma natureza, datadas do primeiro quartel do século XIII.

Este cálice, oriundo do antigo Mosteiro de Alcobaça, enquadra-se nos padrões formais e metrológicos da sua época, digno de ser elevado em qualquer altar e corporizar, assim, o milagre da Transubstanciação. Respeitado durante séculos pela sua antiguidade e preservado certamente por essa razão, integra (juntamente com o 89 Our e 91 Our) o conjunto classificado como "bem de interesse

nacional", o que atesta o seu reconhecimento enquanto valor da "memória coletiva portuguesa".

Texto: ACS - Fotos: JNG

Bibliografia

AFONSO, A.N., 2019b, pp. 286-296; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, p. 175; ALMEIDA, C.A.F., 2001, p. 178; BARROCA, M.J., in *Nos Confins da Idade Média*, 1992, Peça n.º 51, pp. 144-145; BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 174 (de [1174-1198]); COUTO, J. e GONÇALVES, A.N., 1960, p. 68; DIÁRIO DA REPÚBLICA, I Série-A, n.º 209-8 de setembro de 2001; DSVISEU, doc. n.º 176 (de [1188, depois de março, 24]); FERREIRA, M.A.T., 1995, pp. 149-152; GONÇALVES, A.N., 1984a, pp. 84-86; IPM, 1995, pp. 40-41, 44-47; PESSANHA, J., 1895, p. 111; RATIONALE, pp. 62-63 e 369; ROSAS, L.M.C., 1996-97, pp. 255-268; SIEBERT, K., 2015; THEOPHILUS, 1843; VASCONCELOS, J., 1914; VISITAÇÕES CIST., 1998, p. 63.

Cálice proveniente do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (91 Our)

O CÁLICE DE FEIÇÃO ROMÂNICA (MNAA 91 Our), atualmente exposto no Museu Nacional de Arte Antiga, pertenceu ao mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. A inscrição que apresenta na superfície externa

da base atesta essa origem, esclarecendo que foi "feito para honra de Deus e de Santa Maria de Alcobaça", como se pode ler na transcrição feita por Barroca:

+ CALIX ISTE AD HONOREM DEI ET SANCTE MARIE DE ALCOBACIA FACTVS EST

Cálice do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (MNAA 91 Our)



Dos três cálices românicos oriundos desse cenóbio este é o mais pequeno (17,1 cm alt.; 15,2 cm d.c.; 13,5 cm d.b.), pesando 649 g. Tendo em conta a altura média calculada por Siebert para os cálices do século XIII – 16,36 cm alt. –, podemos concluir que o objeto em análise apresenta uma boa dimensão. Tal como assinalou esta autora, a altura e o peso das peças não podem ser usados como critério de datação e uso, uma vez que cálices baixos e altos podem ser encontrados em todos os séculos. Assim sendo, é com as médias dos cálices europeus que devemos comparar estes objetos e não com o oferecido pela rainha D. Dulce ao mesmo cenóbio (MNAA 89 Our). Este dispunha, de facto, de uma altura atípica, enquadrando-se entre os mais altos que chegaram até nós a nível europeu, pertencentes à época em análise. De acordo com os parâmetros em vigor na idade média, este cálice possuía um bom tamanho e peso, estando certamente incluído entre os dezanove cálices de prata existentes na sacristia do mosteiro de Alcobaça, "bons e honrados", de acordo com o inventário de 1510, "huns mayores e outros menores".

A possibilidade de se atribuir uma datação fiável ao cálice oferecido por D. Dulce ao mosteiro (finais do século XII) e a semelhança formal das três peças que pertenceram



Pormenor da inscrição na base

ao cenóbio (89 Our, 90 Our e 91 Our) levaram todos os estudiosos (Pessanha, Vasconcelos, Gonçalves, Couto e Gonçalves, Almeida, Silva e Caetano) a datá-las do século XII. Gonçalves avançou que os três, "sem dúvida possível", saíram da mesma oficina. Barroca, atendendo às afinidades estilísticas e à coerência dos valores metrológicos, considera mesmo que terão sido oferecidos pela mesma época e executados numa única oficina de Lisboa que supostamente trabalhava para a Família Real e para a Corte. Este autor concluiu, ainda, que uma vez que a inscrição presente no cálice de D. Dulce refere destinar-se, esta peça, ao uso no altar-mor, os dois mais pequenos serviriam os altares laterais. O mesmo registou Sequeira nos primórdios do século XIX, que acrescentou a nota "pera servir nos Altares partícolares" ao esboço deste cálice 91 Our. Na verdade, e tal como demonstrado, este cálice apresenta uma boa altura e peso em relação aos padrões médios da sua época, sendo digno de servir em qualquer altar.

Em termos formais, estas três peças obedecem à tipologia corrente na segunda metade do século XII e primórdios do XIII: pé circular e cónico, com base de apoio larga, nó esférico e copa semiesférica e ampla, com um diâmetro idêntico ao da base. As copas hemisféricas são características do românico tardio, ou seja, de finais do século XII e inícios do século XIII, facto que permite corroborar a cronologia correntemente atribuída a este objeto. Coetâneos da época são, também, os cordões que separam o nó da base e da copa, e que o dividem em oito segmentos.



Pormenor do nó

A união da base cónica ao nó e este diretamente à copa, atesta igualmente a datação do século XII ou primórdios do XIII, uma vez que a haste se impõe a partir de Duzentos e prevalece no decurso do tempo, por facilitar o manuseio destes objetos.

A superfície da base é lisa, apenas contrariada pela cruz gravada, destinada a auxiliar o sacerdote a orientar a peça durante a Consagração. A deste cálice exhibe os quatro braços iguais e apresenta-se inscrita num quadrifólio. A inscrição corre por cima da cruz e no interior de um friso, cujas linhas, marcadas a buril, foram assinaladas com compasso na lâmina. A linha superior do friso é sobreposta por uma sequência decorativa, composta por triângulos preenchidos, no seu interior, com singelos motivos vegetalistas gravados.

Nenhuma informação documental permite asseverar que os três cálices provenientes de Alcobaça tiveram a mesma origem oficial e, excetuando o de D. Dulce, que resultem de um legado régio. Barroca assinala, inclusive, as diferenças paleográficas da inscrição do cálice de D. Dulce com a do objeto em análise, precisando que no primeiro predominam "as linhas rectificadas", enquanto que as letras com linhas curvas "apresentam um peso maior" ao nível dos AA, CC, EE, MM, TT e X, no segundo (91 Our). Por outro lado, o nó gomado e oitavado deste cálice aponta para uma forma mais evoluída destes elementos, muito divulgada a partir do século XIII. Esta particularidade mereceu a atenção de Almeida que o considerou "algo mais tardio"

que o congénere, peça que detém atualmente o número de inventário 90 Our. Deverá datar, assim, do primeiro quartel de Duzentos.

Este cálice românico de Alcobaça enquadra-se numa época de exaltação do culto das Sagradas Espécies, valorização confirmada no IV Concílio de Latrão, de 1215, que promulgou o dogma da Transubstanciação. Nestes tempos procurava-se dotar as igrejas de cálices e patenas de prata, preferencialmente dourada, atendendo à importância da função litúrgica e consequente simbólica que estas alfaia sacras assumiam. A sobriedade das formas, com base e copa predominantemente lisas e a decoração concentrada no nó, é também consonante com a época. Sendo assim, as leituras historiográficas que justificam esta contenção pelos valores impostos por São Bernardo e pela Ordem de Cister devem ser olhadas com algumas reservas.

Cronologicamente, este cálice pode distanciar-se duas ou três décadas do oferecido por D. Dulce, executado em finais do século XII. Um facto deve, no entanto, ser tido conta: a preservação destes objetos no decurso do tempo, enquanto muitos outros foram sacrificados por se encontrarem *quebrados*, *desoldados* ou *tortos* ou por se pretender novos de *outra feição*. A conservação de peças de ouro e prata de épocas tão recuadas explica-se, na maior parte dos casos, pela fortuna do esquecimento ou

pelo prestígio associado aos seus doadores. Convém recordar, neste contexto, que o primeiro testamento de D. Sancho I, datado de 1188, contemplou verbas específicas destinadas à execução de cálices para o mosteiro de Alcobaça: *in Alcobacia XXXVII marchas et uncia et media ad faciendos calices*. Não será, por isso, de excluir, a possibilidade de esta peça ter resultado, de facto, de um legado régio. Os objetos executados a partir desta doação poderão ter beneficiado de uma aura inesquecível, convertendo-se, no decorrer dos séculos, nas “tres reliquias” “simples de arte, mas dignas de veneração” como a elas se referiu Joaquim de Vasconcelos.

Texto: ACS - Fotos: JNG

Bibliografia

AFONSO, A.N., 2019b, pp. 286-296; ALMEIDA, C.A.F., 1986b, p. 175; ALMEIDA, C.A.F., 2001, p. 178; BARROCA, M.J., *in* NOS CONFINS DA IDADE MÉDIA, 1992, Peça n.º 51, pp. 144-145; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 152 (de [1174-1198]); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 174 (de [1174-1198]); COUTO, J. e GONÇALVES, A.N., 1960, p. 68; DSVISEU, doc. n.º 176 (de [1188, depois de março, 24]); FERREIRA, M.A.T., 1995, pp. 149-152; GONÇALVES, A.N., 1984a, pp. 84-86; IPM, 1995, pp. 40-41, 44-47; PESSANHA, J., 1895, p. 111; RATIONALE, pp. 62-63 e 369; ROSAS, L.M.C., 1996-97, pp. 255-268; SIEBERT, K., 2015; THEOPHILUS, 1843; VASCONCELOS, J., 1914; VISITAÇÕES CIST, 1998, p. 63.

Crossa de báculo da Ermida do Paiva

A CROSSA DE BÁCULO proveniente da Ermida do Paiva (Castro Daire, Viseu), o *Templo das Siglas* como o imortalizou Aarão de Lacerda, constitui uma peça de referência da ourivesaria nacional pela raridade de objetos, desta tipologia e cronologia, que chegaram aos nossos dias. O objeto faz parte do acervo do Museu Nacional de Arte Antiga, tendo, certamente, integrado o núcleo primitivo da coleção do então Museu Nacional de Bellas Artes e Arqueologia, depois da *Exposição retrospectiva de arte ornamental*, apresentada em Lisboa, em 1882. Lacerda, citando Filipe Simões, descreve o relato da sua descoberta no referido templo, juntamente com a mitra da mesma proveniência, “numa gaveta de farrapos que por esquecimento não tinham deitado ainda para o lixo”. Acrescenta que o conhecimento das “curiosas antiguidades” se ficaram a dever ao “digno prelado da Sé de Lamego”, que as indicou para a *Exposição Retrospectiva de 1882*, sem a qual certamente se teriam perdido. No catálogo da referida exposição, a crossa aparece datada como sendo do “século XII ou XIII” e

indicada como proveniente da “Igreja da Ermida, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu”.

A crossa em análise consiste num exemplar de cobre dourado, composto originalmente por três partes – voluta, cano e nó, este último desaparecido no decurso do tempo. O dourado apresenta perdas ao nível da voluta, encontrando-se praticamente ausente no cano. Este e a voluta exibem perfil circular, obtido através da técnica de embutido. Aquela é mais espessa na base e dobra em círculo na extremidade, rematando em cabeça de cobra (ou dragão) e enquadrando-se, assim, na abundante série de báculos “com serpente” definida por Barrault e Martin. A cabeça do réptil foi concebida com algum detalhe, distinguindo-se os contornos da boca rasgada, orelhas pontiagudas e cavidade orbital preenchida por pequenas pedras de esmalte azul a simular os olhos, solução técnica muito característica dos báculos desta cronologia e tipologia.

A superfície do cano e da voluta apresenta decoração gravada a buril, sendo seccionada em três partes em ambos